

## A FORMULAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) COMO AÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: BREVE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO (2014-2016)

La Formulación de la Base Nacional de Currículo Común (BNCC) como acción de política educativa: Breve levantamiento bibliográfico (2014-2016)

Eliane de Fátima Triches<sup>1</sup>  
Maria Alice de Miranda Aranda<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é resultado de um mapeamento realizado a partir da análise de produções científicas em torno da discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma ação da política educativa em processo de formulação. O objetivo é analisar os discursos de alguns organismos oficiais, bem como publicações em revistas científicas a fim de identificar o que dizem a respeito da temática. Para tanto, buscou-se pontuar como se caracteriza a construção do documento da BNCC nas vozes dos (das) autores (as). Conclui tecendo breves ponderações e argumentos na direção de compreender quais vozes foram ouvidas e quais foram silenciadas, como também interesses, espaços de resistência, efeitos e riscos apontados no material analisado. Foi possível depreender denúncias dos efeitos nefastos de uma ação política vertical e hegemônica.

**Palavras-chave:** Mapeamento, Currículo, Gestão da Educação, Políticas Públicas

**Resumen:** Este artículo es el resultado de un mapeo realizado a partir del análisis de la producción científica en torno a la discusión sobre la Base Nacional de Currículo Común (BNCC) como una acción del proceso de formulación de la política educativa. El objetivo es analizar los discursos de algunos organismos oficiales, así como publicaciones en revistas científicas para identificar lo que dicen del tema. Por lo tanto, tratamos de destacar como es caracterizada la construcción del documento de BNCC en las voces de los (las) autores (as). Concluye haciendo breves consideraciones y argumentos buscando entender que voces fueron escuchadas y que voces fueron silenciadas, así como los intereses, las zonas de resistencia, efectos y riesgos en el material analizado. Fue posible inferir denuncias de los efectos adversos de una acción política vertical y hegemónica.

**Palabras clave:** Base Nacional de Currículo Común (BNCC), La política educativa, Gestión de la Educación

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados/Faculdade Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão da Educação.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Docente na Graduação e na Pós-Graduação.

## 1 Introdução

No início da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, os estudos sobre as políticas públicas passaram a ter destaque e aos poucos vêm se fortalecendo como um importante campo de investigação. Apesar de ainda não estar consolidado, em termos de referenciais analíticos consistentes, tem se reverberado como espaço em permanente construção e expansão (AZEVEDO; AGUIAR, 2001) observável no crescimento significativo no número de teses, dissertações, pesquisas e publicações nesse campo de atuação.

Autores brasileiros têm buscado debater e sintetizar questões teórico-metodológicas e sociais, tanto no campo das políticas públicas, quanto no das políticas educacionais. O que fica evidente no último campo de investigação é o destaque às tensões, aos debates, às abordagens teóricas e às discussões metodológicas pautados na literatura internacional (MAINARDES, 2009).

A influência de concepções de autores europeus e norte-americanos, no campo das políticas educacionais tem sido significativa, pois em um contexto de globalização espraia-se o discurso de que é preciso adaptar a educação às mudanças econômicas e de concorrência internacional (KRAWCZYK, 2005).

Cabe destacar que os países tidos como emergentes, especialmente os situados na América Latina como o Brasil, são os que mais têm sofrido a influência no campo da produção intelectual. Azevedo (2004), ao adotar perspectiva teórico-crítica no estudo do objeto políticas públicas, entende que o ingresso no novo milênio, exige novas demandas de formação e de conhecimento requeridos pelas mudanças que permeiam a sociedade, ressalta que essas demandas não são neutras, há uma relação de poder envolvida nesse processo. Nesse contexto, ao referir-se à política educacional, assim se posiciona a autora:

A política educacional é definida pela autora como “*policy* – programa de ação – um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na *politics* – política no sentido de dominação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades” (Ibidem p. 8).

Complementa Azevedo que o poder de persuasão das políticas neoliberais que vem orientando mudanças e que tem influenciado globalmente as políticas educacionais, promove ainda mais desigualdades, visto que atinge toda a realidade social e reverbera nos processos de produção de conhecimento.

Frente ao exposto, registra-se que o presente artigo é resultado de um mapeamento realizado a partir da análise de produções científicas em torno da discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma ação da política educativa em processo de formulação. O objetivo é analisar os discursos de alguns organismos oficiais, bem como publicações em revistas científicas a fim de identificar o que dizem a respeito da temática. Para tanto, buscou-se pontuar como se caracteriza a construção do documento da BNCC nas vozes dos (das) autores (as).

Compreende-se que a Base Nacional Comum Curricular integra o segundo estágio do ciclo de políticas descrito por Palumbo (1994), a formulação da política, vez que para esse autor, a política é o resultado de um processo. Nessa perspectiva, compreende-se que o documento norteador do currículo se configura como ação de uma política pública

que faz parte das reformas educacionais operadas não só Brasil, como também mundialmente, com vistas a promover melhoraria na qualidade da educação.

Nessa perspectiva destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma ação da política curricular brasileira, que está em fase de formulação. Registros que alimentam sites<sup>1</sup> do Ministério de Educação (MEC) caracterizam a BNCC como o eixo de construção do sistema de ensino<sup>2</sup> brasileiro.

## 2 A BNCC: O que é e a quem se destina

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que está em processo de formulação, apresenta os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos da Educação Básica no país em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Considerado pelo MEC como um importante instrumento de gestão pedagógica para auxiliar professores, o documento que se configura como uma ação da política curricular brasileira, também tem o propósito de nortear a formação humana

---

<sup>1</sup>Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36381>.  
Acesso em 12.12.16.

<sup>2</sup>Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/porque>;  
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36381>. Acesso em 28.02.2017.

integral dos educandos e promover uma educação de qualidade social.

Pautada em elementos fundamentais que precisam ser ensinados nas áreas de conhecimento e por componentes curriculares (Matemática, Linguagens e Ciências da Natureza e Humanas) a BNCC é considerada uma exigência do sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

O MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, vem trabalhando na elaboração desse marco regulatório do currículo que visa delinear os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes têm o direito de ter acesso e de se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Educação infantil até o final do Ensino Médio. O discurso presente na mídia destaca a BNCC como promotora da

equidade, pois possibilitará que estudantes das diferentes regiões do país tenham os mesmos direitos de aprendizagem.

Nesse movimento, a BNCC vai sendo desenhada e em 30 de julho de 2015 foi lançado o Portal<sup>3</sup> que apresenta ao público o processo de elaboração do Documento e estabelece canais de comunicação e de participação da sociedade neste processo. A partir da coleta de dados dessas intervenções e dos debates públicos, a equipe responsável pela sistematização da base reorganiza o Documento<sup>4</sup> e a segunda versão é apresentada pelo MEC em maio de 2016. O MEC atribui ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) a responsabilidade de orientar ações e estratégias para a sistematização<sup>5</sup> da BNCC.

O Documento normatizador dos currículos da educação básica se fundamenta em princípios éticos, políticos e estéticos e traz os direitos de aprendizagem e

<sup>3</sup> Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

<sup>4</sup> Disponível

em: [basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf). Acesso em 12.12.16.

<sup>5</sup> A elaboração de uma base comum para os currículos nacionais, na perspectiva de um pacto Interfederativo, teve início com a constituição de um Comitê de Assessores e Especialistas<sup>2</sup>, com ampla representatividade, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Compuseram esse Comitê professores universitários, atuantes na pesquisa e no ensino das

diferentes áreas de conhecimento da Educação Básica, docentes da Educação Básica e técnicos das secretarias de educação, esses dois últimos indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Coube ao Comitê a redação dos documentos preliminares da BNCC, disponibilizados à consulta pública pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) entre setembro de 2015 e março de 2016. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em 20.12.16

desenvolvimento, que devem ser o mote de toda a escolarização básica em cada etapa da vida escolar do aluno. Esses direitos subsidiam a definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos componentes curriculares (BRASIL, 2016).

Com o propósito de melhorar a qualidade da educação brasileira, por meio de políticas articuladas, a segunda<sup>6</sup> versão do Documento especifica as quatro políticas que decorrem da BNCC: Política Nacional de Formação de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar.

Nessa direção, a literaturas do campo educacional tem destacado que as reformas são congruentes no sentido de que tem como meta melhorar as economias nacionais a partir do fortalecimento de elos entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado (AZEVEDO, 2004). Com esse prisma, as reformas, que tem viés neoliberal, vêm pleiteando um melhor desempenho escolar no que tange à aquisição de competências e habilidades relacionadas ao trabalho, além de controles mais diretos sobre os conteúdos curriculares e sua avaliação.

Entendemos que a mercadificação da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos. Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais e setor governamental. Algumas instituições têm fins lucrativos e outras não, ou não claramente, mas é importante destacar que entendemos as redes como sujeitos (individuais e coletivos) em relação,

---

<sup>6</sup>Disponível em: [basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf). acesso em 12.12.16

com projeto de classe (PERONI 2015p.338-339).

As organizações que são representadas por sujeitos individuais e coletivos têm buscado direcionar as políticas educacionais, a exemplo do Movimento Todos pela Educação (2006), Fundação Leman (2002), Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (2013), entre outros. Nesse contexto em que o privado mercantil se propõe a estar a frente da busca pela garantia da qualidade da educação pública, a BNCC vai sendo formulada com projeção para ser implementada em breve.

### **3 BNCC: O que dizem as vozes das pesquisas**

A pesquisa que dá origem a este artigo é caracterizada como bibliográfica, cujo objetivo é o de mapear, levantar e discutir a temática em pauta no que concerne a formulação da BNCC, considerando a pesquisa maior que tem como proposta final dissertar sobre a “A formulação da BNCC e os indicativos para o processo alfabetizador da criança”.

Iniciou-se a busca nos seguintes bancos de dados: Google Acadêmico, Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) e do portal Scientific Electronic Library Online (SciELO), biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos. A pesquisa bibliográfica foi realizada no período de 06 a 30 de setembro de 2016, sendo selecionados apenas os trabalhos depositados até a referida data.

Optou-se por aplicar os seguintes unitermos combinados “Base Nacional Comum Curricular”, “políticas públicas”, “processo alfabetizador”. O rastreamento iniciou pelo uso das três terminologias combinadas. Essa combinação pesquisada nos bancos de dados acima descritos, trouxe a seguinte informação. Google Acadêmico e SciELO nenhum resultado encontrado, entretanto o banco de dados da CAPES – teses e dissertações - acusou um quantitativo 34. 148 registros encontrados.

Num segundo passo, aplicou-se a combinação dos seguintes unitermos “Base Nacional Comum Curricular”, “processo alfabetizador”. Essa busca acusou os seguintes resultados. Google acadêmico: 72.000 resultados, Portal da Capes – 29 registros encontrados para os termos: "Base nacional comum" "processo alfabetizador" e o portal SciELO acusou zero resultados. Ao suprimirmos o termo para “Base Nacional Comum” os bancos de dados pesquisados

demonstraram alterações nos resultados. O portal SciELO apontou cinco resultados, o Google Acadêmico trouxe um quantitativo de 5.030 trabalhos e o banco de dados da CAPES indicou 22 registros.

A terceira busca concentrou-se no levantamento bibliográfico do unitermo “Base Nacional Comum Curricular”. Os resultados encontrados para a aplicação desta terminologia, no banco de dados do Google Acadêmico foram de 386 resultados, já no SciELO constaram apenas três trabalhos e o banco de dados de Tese e Dissertações da Capes apontou cinco registros.

Estas múltiplas combinações de unitermos possibilitaram o rastreamento do maior número possível de estudos voltados para o objeto de análise deste estudo, que é o de investigar como está posto o processo alfabetizador da criança no documento da Base Nacional Comum Curricular.

Com vistas a refinar ainda mais os resultados obtidos, optou-se por selecionar apenas os trabalhos publicados entre janeiro/2014 e novembro/2016, visto que foi o período de concentração do movimento das discussões para a elaboração do documento. O debate sobre a base ganhou força em 2014, quando o (MEC) retomou as discussões para a

construção dos direitos de aprendizagem para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (PERONI; CAETANO, 2015).

Num segundo momento foram descartados os trabalhos repetidos, ou seja, os que constavam em mais de um banco de dados. Para atender mais uma das etapas de seleção, estabeleceu-se como critério constar o termo “Base Nacional Comum”, “Base Nacional Comum Curricular” ou “Base Nacional” no título, resumo, ou nas palavras chaves dos trabalhos já previamente selecionados, conforme critérios acima descritos. Atendidos aos preceitos anteriores, foi possível selecionar ao todo vinte e cinco (25) trabalhos nos bancos de dados pesquisados – Capes, SciELO, Google Acadêmico.

Além desses, optou-se por agregar às análises cinco outros documentos (Cartas, Ofícios, Relatórios) que não constavam nos bancos de dados anteriormente citados, mas que trazem abordagens e posicionamentos de importantes entidades ligadas à educação e que dialogam com o tema pesquisado e com o material selecionado para a análise.

Valendo-se das descrições acima expostas, apresentam-se nos quadros a seguir, os trabalhos selecionados para análise.

#### **Quadro 1- Fontes e quantidade de publicações selecionadas para análise**

<b>Fontes</b>	<b>Quantidade Publicações</b>	<b>Instituições/Região</b>	<b>ISSN</b>	<b>Ano</b>
ANPED (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação)	01	GT 12: Currículo/Anped e ABdC.		2015
Google Acadêmico (artigos)	01	Universidade Federal de Ponta Grossa (UEPG) PR		2014
CAPES – Dissertação de Mestrado	01	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) SP - Programa de Pós-Graduação		2014
CEDES	01	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	ISSN 1982-1522	2015
CENPEC	01	Centro Estudos de Pesquisa-Educação, Cultura, Ação Comunitária.		2015
Educação em Revista	03	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG -	.org. /10.1590/0102-4698032021	2016
FINEDUCA - Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação	01			2016
Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf	02	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) ES	2446-8576 / 2446-8584	2015



Revista Currículo sem Fronteiras	01	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) -PR	1645-1384	2014
Revista de Educação Pública	01	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Cuiabá	2238-2097	2015
Revista Educação e Sociedade	01	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) RJ	1678- 4626	2015
Revista Educação: Currículo	01	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) SP Programa de Pós-graduação	1809-3876	2014
Revista e-Curriculum	07	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) SP Programa de Pós-graduação PUC/SP	1809-3876	2014
Revista Espaço do Currículo	02	Universidade Federal do Pernambuco (UFPB)	1983-1579	2015
Revista Retratos da Escola	04	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) RJ	2238-4391	2015
Revista Terceiro Incluído	01	Universidade Federal de Goiânia (UFG) Goiás	2237 - 079X	2015
Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais	01			2015

**Fonte:** Elaborado para este estudo (2016).

O quadro um (01) elenca a relação das fontes dos trabalhos selecionados para análise, (conforme critérios acima descritos). Dentre o material selecionado constata-se um número expressivo de artigos publicados em Revistas de Universidades Públicas Federais de diferentes regiões do país e, sobretudo uma

incidência maior de trabalhos publicados no ano de 2015, correspondendo a um total de 56% do material selecionado.

É possível depreender, a partir dos números apresentados, que a Revista e-Curriculum abrange um percentual de 23,33% do material selecionado para análise, Retratos

da Escola 13,33% e Educação em Revista totaliza 10%, assim as três fontes de pesquisa perfazem um quantitativo de 46,66% dos trabalhos selecionados. Cabe destaque, nesta análise, ao percentual significativo de estudos veiculados pela Revista Espaço do Currículo e Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf, cada qual com 6,66% do total mapeado.

#### **4 Características e tendências das investigações sobre a BNCC**

A análise feita demonstra que os trabalhos apresentam um estudo inicial essencialmente de descrição do movimento por parte dos sujeitos envolvidos no processo de gestar a BNCC, em que os autores dos artigos trazem os consensos e dissensos acerca desse documento. Nesse movimento compreende-se o Estado que está posto num viés neoliberal, ou seja, Estado mínimo para o capital e máximo para o mercado.

É perceptível, o destaque que os autores dos trabalhos selecionados fazem, em relação ao processo histórico das legislações que normatizam os currículos da educação brasileira. Ao debater a ideia associada às bases curriculares nacionais, é razoável indagar sobre sua formulação histórica (MARCHELLI, 2014) a fim de identificar o contexto em que foi inicialmente produzida, como também a maneira como ocorreram ao

longo do tempo evoluções, transformações ou modificações.

Por sua vez, em 1949, o MEC, órgão regulamentador das políticas educacionais, toma a primeira iniciativa na direção de estabelecer bases gerais para o ensino (GONTIJO, 2015) com o propósito de organizar o sistema curricular, para os programas das disciplinas dos cursos primários. Como sugestões às administrações estaduais, apresenta o Documento intitulado “Leitura e linguagem do curso primário: sugestões para a organização e desenvolvimento de programas”.

Após esse importante marco regulatório também vem delineando as normatizações curriculares a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixam diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Documento “Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º, e 3º anos) do ensino fundamental” de 2012, e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) Gerais para a Educação Básica aprovada em 2013.

Além de Gontijo (2015), constata-se um agrupamento significativo de trabalhos que

trazem uma abordagem concisa dos antecedentes à BNCC: Silva (2015); Marchelli (2014); Geraldi (2015); Machado e Lockmann (2014); Macedo (2015 e 2016); Limaverde (2015). Nesse movimento, os autores destacam a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelece como uma das estratégias para a Meta dois a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental.

Constata-se um posicionamento comum entre grande parte dos autores analisados, no sentido de questionar as contribuições e as reais necessidades de uma base nacional curricular. Questionamentos como o que deve ser ensinado e por que, o que define a escolha de um conteúdo em detrimento de outro, por que um saber é priorizado em detrimento de outros? Que pesos têm e deveriam ter cada um dos atores envolvidos nesta definição? (PEREIRA; OLIVEIRA, 2014). “Corremos o risco de o professor deixar de ser educado para educar e passar a ser ensinado a ensinar?” (MACEDO; FRAGELLA, 2016), num contexto em que as políticas curriculares são definidas de forma vertical.

Ainda nessa direção, cabe destaque (MACEDO; 2014) aos sentidos de currículo e de educação que estão sendo excluídos na defesa de uma BNCC como necessária à “[...] qualidade do ensino” no Brasil (MELLO, 2014, p. 7).

O entendimento de que as normatizações curriculares perpassam por relações de poder são apresentadas nos estudos de Macedo e Fragella (2016) e autores como Pereira e Oliveira (2014); Süsskind (2014); Mello (2014); Redyson e Santos (2015); Limaverde (2015); Fineduca (2016); Burgos (2015) reiteram essa concepção. Nesse movimento observa-se a polarização em torno da abordagem da BNCC como um documento que vem contemplar interesses dos grupos hegemônicos que têm representado a educação em diferentes setores da sociedade.

Com o discurso pela busca da qualidade na educação brasileira, o setor empresarial e industrial que se torna cada vez mais atuante, travestido de movimentos de cunho social (em prol da educação), tem promovido articulações de peso e está cada vez mais presente nas discussões nacionais difundindo hegemonias de parâmetros globalizantes e mercadológicos. Em uma gama significativa dos estudos analisados Goodson (2014); Santos (2001, 2004, 2010); Laclau (2011); Laclau e Mouffe (2004) são

referenciais conceituais empregados pelos pesquisadores que trazem concepções de hegemonia, relacionados à centralidade que o conhecimento assume no currículo.

Ainda nessa direção, constata-se como uma forte característica dos trabalhos: a análise dos discursos entendidos como produção social e entrelaçados por projetos hegemônicos de currículo, tomando como referência a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e o Ciclo Contínuo de Políticas de Stephen Ball.

Para tanto, são tomados para análise os discursos públicos e privados que permeiam esse cenário heterogêneo de articulação política. Discursos e textos de diferentes sujeitos políticos em torno do debate corrente sobre a Base Nacional Comum Curricular, procurando entender como estas articulações discursivas representam a identidade do homem que se pretende formar na educação básica.

Não se pode deixar de considerar que as especificidades da própria área temática acarretam o enfrentamento de questões teórico-práticas, relativas ao currículo. Assim a BNCC foi categorizada nos estudos como: campo de disputas, prescrição curricular, equívoco, colcha de retalhos, a base não tem base, uniformização do ensino, política neoliberal, Documento escriturístico, arma

social, proposição curricular, projeto de educação nacional, descritivo de saberes e conteúdos a serem ensinados e apreendidos, forte amarração ideológica contaminada por um caráter tecnicista e empresarial, pretensão centralizadora, currículo único.

Esse quadro de categorias, recorrente em praticamente todo o material analisado, configura-se numa tendência de os pesquisadores se posicionarem em desacordo à forma como vêm sendo direcionados os trabalhos sobre a base, especialmente na influência da iniciativa privada nos processos decisórios de políticas públicas e da propensão cada vez mais da internacionalização e homogeneização curriculares.

Os estudos empíricos representam apenas 3,33% do material coletado, sendo um dos trabalhos voltado à pesquisa sobre o currículo mínimo da Rede Estadual do Rio de Janeiro (PEREIRA; OLIVEIRA, 2014) e uma análise do cenário educacional contemporâneo brasileiro, a saber: Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do ano de 2013, tendo como locus escolas municipais de uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre (MACHADO; LOCKMANN; 2014).

Quanto à abordagem do processo alfabetizador, identificou-se apenas um artigo, dentre o material selecionado. Nele a autora

fundamenta seu posicionamento contrário à implementação de uma base comum para o ensino brasileiro (aspectos relativos ao componente curricular Língua Portuguesa, em especial à alfabetização) e analisa o que considera ser a contradição da base que inviabiliza a efetivação, de forma coerente e consequente, de sua finalidade (MORTATI 2015). Na mesma tendência, Geraldi (2015) volta à análise para a elaboração dos Parâmetros Curriculares, criticando os pressupostos da BNCC no ensino da Língua Portuguesa e a imposição da visão mercadológica e da avaliação padronizada que foge à experiência do chão da escola, à realidade do professor e às necessidades do estudante brasileiro.

Por outro lado, também fez parte do material analisado, o documento intitulado “Consensos e dissensos em torno de uma Base Nacional Comum Curricular no Brasil Relatório de Pesquisa<sup>1</sup>”. O relatório de pesquisa, que traz o logotipo da Fundação Lemann e da CENPEC, demonstra através de números e estatísticas os principais achados da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada por iniciativa da Fundação Lemann e desenvolvida pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária-Cenpec. “As entrevistas foram feitas pela empresa F. Belo for Brands, contratada pela Fundação Lemann.” Teve como objetivo a identificação dos argumentos e pontos de vista produzidos no campo educacional brasileiro a respeito da possibilidade de implementação de uma Base

Os argumentos em torno do posicionamento dos agentes que se opõem à padronização curricular seguem na seguinte direção: mecanismo de homogeneização/padronização que reproduz a exclusão social e escolar - impõe identidades; a existência de um currículo nacional (Diretrizes e PCNs) e ainda cabe destaque a um grupo que não concorda com a implantação da BNCC, porém, em caso de aprovação desta, defende núcleo mínimo acrescentado de conteúdos da diversidade (BURGOS, 2015). As razões apontadas denunciam o processo hegemônico como protagonista da reprodução das desigualdades e advogam no sentido de que o país já possui currículo nacional.

Quanto ao posicionamento dos entrevistados favoráveis à padronização curricular, o relatório traz diferentes classificações. Os favoráveis desde que seja um núcleo mínimo, os favoráveis desde que as diversidades culturais sejam respeitadas, e ainda os que estão a favor de um currículo padronizado para todo o país.

O documento “Posicionamento conjunto de Consed e Undime sobre a segunda

Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica no país. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas representativas de grupos que compõem o campo educacional. <http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/biblioteca/Consensos> e Dissensos Relatório Pesquisa CenpecFinal.pdf.

versão da Base Nacional Comum Curricular<sup>2</sup>”, foi elaborado a partir dos seminários estaduais para discutir a BNCC. Trazendo na capa o logotipo das duas organizações acima citadas alinhadas ao do MEC e a do Ministério de Educação, o relatório apresenta um panorama dos principais pontos levantados pelos encontros realizados em relação às adequações para a melhoria da BNCC, encerrando assim, um ciclo de consulta previsto para a segunda versão da Base.

Macedo (2014) ao se referir às atribuições concedidas a Consed e Undime, levanta questionamentos acerca de quem são os atores sociais constituídos nas lutas articulatórias para significar qualidade da educação e base comum nacional. Para a autora, os sites dos principais agentes públicos que dinamizaram o debate sobre a base nacional comum curricular, até então indicam praticamente os mesmos “parceiros”. “Instituições financeiras e empresas- Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras- além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos

pela Educação [...]” (MACEDO, 2014, p.1540). Estas instituições constituídas por grandes corporações financeiras têm se articulado com instituições educacionais globais, visando promover mudanças na educação baseadas nas reformas ocorridas nos Estados Unidos, Austrália, Chile e Reino Unido, estes países construíram e implementaram, recentemente, padrões curriculares nacionais (PERONI; CAETANO, 2015).

Nessa mesma direção, o Brasil vem seguindo os moldes internacionais de pensar o currículo. Sujeitos individuais e coletivos, organizados em instituições públicas e privadas, vêm se articulando por meio de seminários, debates e relatos de experiências internacionais para sistematizar o documento.

Esse empoderamento fica evidente em trechos como “Consed e Undime endossam solicitações feitas por diversos estados [...]”. “Consed também vê com bons olhos a proposta de flexibilização da Base [...]”<sup>3</sup>.

## 5 Considerações finais

content/uploads/2016/09/2016\_09\_14-Relato%CC%81rio-Semina%CC%81rios-Consed-e-Undime.pdf.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/2016\\_09\\_14-Relato%CC%81rio-Semina%CC%81rios-Consed-e-Undime.pdf](http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/2016_09_14-Relato%CC%81rio-Semina%CC%81rios-Consed-e-Undime.pdf).

<sup>2</sup> Documento produzido por um grupo de trabalho organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) a partir das contribuições dos seminários ocorridos em todos os estados do país entre 23 de junho a 10 de agosto de 2016. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp->

Os estudos pontuam um movimento no sentido de identificar os agentes políticos públicos e privados que têm atuado na hegemonização de um dado sentido para a BNCC e, conseqüentemente, para o currículo e educação. Nessa direção, destacam-se problematizações que dialogam com essa perspectiva. Quem foi ouvido e quais vozes foram silenciadas? Quais interesses foram preteridos? Houve espaços de resistências? Quais seriam os efeitos e riscos de uma política nacional de BNCC para o Brasil? Quais são os bastidores reais desse processo? Quem se beneficia com a discussão? Questionamentos como esses nos permitem reflexões acerca do processo formativo que está em jogo. Isso fica evidente nas inquietações trazidas pelos autores (as) analisados (as) e nas denúncias dos efeitos nefastos que uma política vertical e hegemônica traz à formação humana.

Por sua vez, essas regulamentações que têm influenciado no poder de decisão das políticas educativas, tem o setor privado como a voz mais ouvida nesse processo na disputa da

agenda da educação. Enquanto este culpabiliza os professores pelo fracasso na educação.

Entende-se a política curricular como um jogo de disputas que reconhece o poder dos currículos praticados nas escolas e a força hegemônica que produzem.

Sendo assim, não há como desvincular as políticas de currículo com os projetos formativos do homem, uma vez que este deverá atuar na sociedade contemporânea refletindo os moldes dos ensinamentos que lhe foram oferecidos, e o currículo tem forte poder de definir potencialidades para que os sujeitos em formação sejam capazes de atender às expectativas dos modelos que lhe foram definidos.

Em suma, o estudo apresentou breves ponderações e argumentos na direção de compreender quais vozes foram ouvidas e quais foram silenciadas, como também interesses, espaços de resistência, efeitos e riscos apontados no material analisado. Foi possível depreender denúncias dos efeitos nefastos de uma ação política vertical e hegemônica.

### Referências Bibliográficas

ANPED. **Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação e ABdC/Associação Brasileira de Currículo**. Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular. Ofício n.º 01/2015/GR, Rio de Janeiro, nove de novembro de 2015.

AZEVEDO, J. L.; AGUIAR, M. A. A Produção do Conhecimento sobre a Política educacional no Brasil: Um olhar a Partir da Anped. **Educação e Sociedade**. Ano XII n.º 77, dezembro/2001.

AZEVEDO, G. Painel. Efetividade dos princípios da OIT. In: Fórum Internacional Sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais, 2004, Brasília. **Anais**. São Paulo: LTr, 2004.p. 481

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Proposta preliminar. 2ª versão revista. Ministério da Educação. 2009. Disponível: [basenacionalcomum.mec.gov.br/Documentos/bncc-2versao.revista.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/Documentos/bncc-2versao.revista.pdf).

BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:<> Acesso em 12 de jan.de 2016.

BRASIL. **Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC)**, 2014. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BURGOS, M. B. Base Nacional Comum: O currículo no centro do debate público. **Boletim Cedes** – ISSN 1982-1522. v..9, n. 2, 2015. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/rec.v9i2.29922>.

COUTO, L. H. **Currículo como Direito de Aprendizagem**: Uma Experiência Nacional para o Ciclo de Alfabetização, 2014. São Paulo: 2014. 93 páginas. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9817/1/Lucia%20Helena%20Couto.pdf>.

FINEUCA, **Carta de São Paulo – IV Encontro Fineduca**, 2016. Disponível: <http://www.fineduca.org.br/index.php/2016/08/18/carta-de-sao-paulo-iv-encontro-fineduca/Fineduca>. Acesso em 12.11.2016.

GERALDI, J. W. O Ensino de Língua Portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n.17, p. 381-396, 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em 02.12.2016.

GOODSON, I. O futuro da democracia social e o desenvolvimento de uma nova política da educação. In. BUENO, José G. S.; MUNAKATA, K. CHIOZZINI, D. F. (orgs.). **A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

GONTIJO; C. M. M. O Ensino de Língua Portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAIf | ISSN: 2446-8576 / e-ISSN: 2446-8584 Vitória, ES.v.1, n.2, p. 174-190, 2015.

KRAWCZYC, N. R. Políticas de Regulação e Mercantilização da Educação: Socialização para uma Nova Cidadania? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v.26, n.92, p. 799-819,2005.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU E; MOUFFE, C.. **Hegemonía y estrategiasocialista**:hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina ,2004.



LIMAVERDE, P. **Base Nacional Comum: desconstrução de discursos hegemônicos sobre currículo mínimo.** Terceiro Incluído-IESA–UFG, v.5, n.1, 2015, p. 78-97.

MACHADO, R. B.; LOCKMANN, K. Base Nacional Comum, Escola, Professor. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.03 p. 1591 - 1613, 2014. ISSN: 1809-3876 1591. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP

MACEDO, E. Base Nacional Comum Para Currículos: Direitos de aprendizagem e Desenvolvimento para Quem? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.36, n.133, p.891-908, 2015.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: Novas Formas de Sociabilidade Produzindo Sentidos Para Educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.03 p.1530 - 1555, 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em 25.11.2016.

MACEDO E.; FRANGELLA, R. C. P. Apresentação - Políticas de Currículo ou Base Nacional Comum: Debates e Tensões.**Educação em Revista.** v.32, n.2. p. 13-17, 2016.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n 40, p. 7-23, 2009.

MARCHELLI, P. S. Da LDB 4.024/61 ao Debate Contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.03 p. 1480 - 1511,. 2014 ISSN: 1809-3876.

MELLO, G. N. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas.** São Paulo: CEESP, 2014. Disponível em: [www.ceesp.sp.gov.br/comunicado](http://www.ceesp.sp.gov.br/comunicado).

MORTATTI, M. do R. L. Essa Base Nacional Comum Curricular: Mais uma Tragédia Brasileira?**Revista Brasileira de Alfabetização** –ABAlf, ISSN: 2446-8576 e-ISSN: 2446-8584Vitória, ES v.1,n.2, p. 191-205, , 2015.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação.**Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. P. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in America. Government in Action.2. Ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994. Cap.1 p. 8-29

PEREIRA, F.de B.; OLIVEIRA, I. B. Ponderações ao Currículo Mínimo da Rede Estadual do Rio De Janeiro: Uma Contribuição ao Debate em Torno da Base Comum Nacional. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.03, p. 1669 - 1692, 2014.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, R. C. O Público e o Privado na Educação Projetos em Disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n.17, p. 337-352, 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso 10.12.2016.

REDYSON, D. SANTOS, M. Base Nacional Comum Curricular: Desafios e implicações para o Ensino Religioso. **Espaço do Currículo**, v.8, n.3, p. 293-305, 2015.

SANTOS, B.de S. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez. 2001.

SANTOS, B.de S. **O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução**. *Ossal 77*. Ano v n.15 set/dez 2004. Disponível em:

[http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/65\\_Futuro%20FSM%20-%20O%20trabalho%20da%20traducao\\_OSAL\\_2004.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/65_Futuro%20FSM%20-%20O%20trabalho%20da%20traducao_OSAL_2004.pdf). Acesso em 23 mar. 2017.

SANTOS, B.de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. R. da. Currículo, ensino médio e BNCC. Um cenário de disputas **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n.17, p. 367-379, 2015.

SÜSSEKIND, M. L. As (Im) possibilidades de uma Base Comum Nacional. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.03 p. 1464 – 1479, 2014 ISSN: 1809-3876 1466. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.